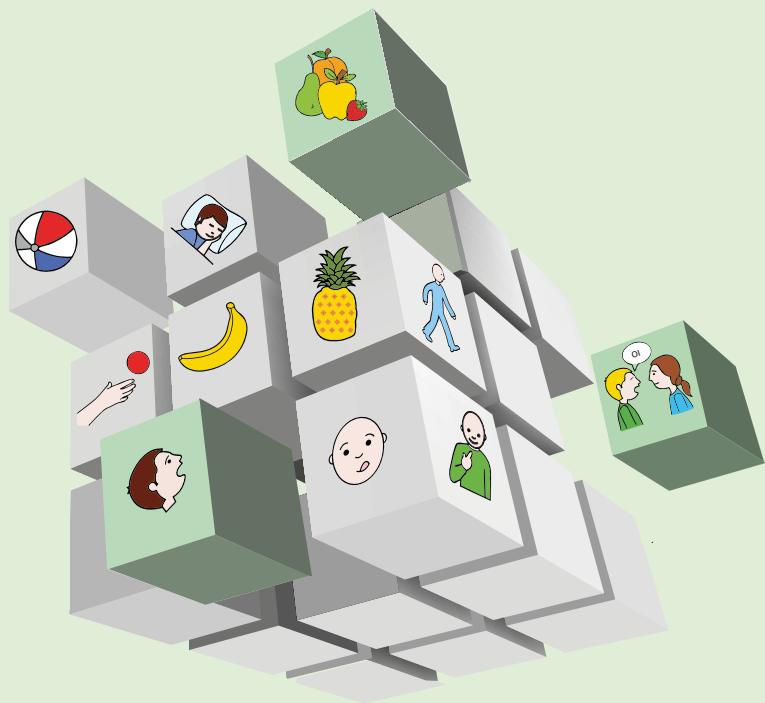


Comunicação alternativa

Mediação para uma inclusão
social a partir do Scala



Liliana Maria Passerino
Maria Rosangela Bez
(Org.)





UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

José Carlos Carles de Souza

Reitor

Rosani Sgari

Vice-Reitora de Graduação

Leonardo José Gil Barcellos

Vice-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Bernadete Maria Dalmolin

Vice-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários

Agenor Dias de Meira Junior

Vice-Reitor Administrativo

UPF Editora

Karen Beltrame Becker Fritz

Editora

CONSELHO EDITORIAL

Altair Alberto Fávero

Carlos Alberto Forcelini

Cleci Teresinha Werner da Rosa

Giovani Corralo

José Ivo Scherer

Jurema Schons

Karen Beltrame Becker Fritz

Leonardo José Gil Barcellos

Luciane Maria Colla

Paula Benetti

Telmo Marcon

Verner Luis Antoni

CORPO FUNCIONAL

Daniela Cardoso

Coordenadora de revisão

Cristina Azevedo da Silva

Revisora de textos

Mara Rúbia Alves

Revisora de textos

Sirlete Regina da Silva

Coordenadora de design

Rubia Bedin Rizzi

Designer gráfico

Carlos Gabriel Scheleder

Auxiliar administrativo



Comunicação alternativa

Mediação para uma inclusão
social a partir do Scala

Liliana Maria Passerino
Maria Rosangela Bez
(Org.)

2015



Copyright© das autoras

Daniela Cardoso

Revisão de textos e revisão de emendas

Sirlete Regina da Silva

Projeto gráfico

Rubia Bedin Rizzi

Diagramação

Deise Fontoura

Produção da capa

Este livro, no todo ou em parte, conforme determinação legal, não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização expressa e por escrito do(s) autor(es). A exatidão das informações e dos conceitos e as opiniões emitidas, as imagens, as tabelas, os quadros e as figuras são de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

C741 Comunicação alternativa : mediação para uma inclusão social a partir do Scala [recurso eletrônico] / Lilian Maria Passerino, Maria Rosangela Bez (Org.). – Passo Fundo : Ed. Universidade de Passo Fundo, 2015.
10.200 kb; PDF.

Inclui bibliografia.

Modo de acesso gratuito: <www.upf.br/editora>.

ISBN 978-85-7515-903-3

1. Inclusão social 2. Autismo. 3. Comunicação. I. Passerino, Lilian Maria, coord. II. Bez, Maria Rosangela, coord.

CDU: 376

Bibliotecária responsável Cristina Troller - CRB 8/8142

UPF EDITORA

Campus I, BR 285 - Km 292,7 - Bairro São José

Fone/Fax: (54) 3316-8374

CEP 99052-900 - Passo Fundo - RS - Brasil

Home-page: www.upf.br/editora

E-mail: editora@upf.br

Editora UPF afiliada à



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

4 Proposta metodológica de ação mediada e atenção conjunta para déficits de comunicação

Liliana Maria Passerino, Maria Rosangela Bez, Ana Carla Foscarini

No desenvolvimento humano, a comunicação entre os sujeitos exerce papel fundamental, propiciando trocas significativas que contribuem para a inserção dos sujeitos na cultura e a aquisição do conhecimento produzido ao longo dos tempos. Ao usar a comunicação, o sujeito se apropria de signos culturalmente produzidos e passa a interagir, podendo expressar suas necessidades, sentimentos, constrói sua singularidade, passa a usufruir do conhecimento produzido historicamente e tem a oportunidade de deixar sua parcela de contribuição nesse conhecimento.

Tomasello (2003) traz importantes contribuições para que a comunicação entre os sujeitos se efetive. O autor descreve a capacidade de atenção conjunta que envolve uma coordenação das interações com objetos e pessoas, resultando em um triângulo referencial composto de criança, adulto, objeto ou evento ao qual prestam atenção. Atenção conjunta significa, então, a capacidade de compartilhar a atenção, ou seja, quando temos dois sujeitos envolvidos em uma interação e um deles presta atenção a um determinado objeto ou ação, envolvendo o segundo sujeito, direcionando sua aten-

ção para esse mesmo objeto ou ação. Dessa forma, podemos falar em três tipos de atenção e também em cenas de atenção conjunta e compartilhada:

- **Atenção de verificação:** consiste no ato de compartilhar/verificar a atenção do mediador, por exemplo, simplesmente olhar para o mediador durante envolvimento conjunto.
- **Atenção de acompanhamento:** consiste em acompanhar a atenção que o mediador dirige a entidades distais externas, acompanhando o olhar.
- **Atenção direta:** consiste em direcionar a atenção do mediador para entidades externas, por exemplo, apontar para que o mediador olhe para uma entidade distal.

Assim, para que se configure uma cena de atenção conjunta deve haver o compartilhamento do mesmo objetivo, a interação social em que o sujeito sintoniza com a atenção e o comportamento do mediador em relação à entidade distal. Nas cenas de atenção conjunta, temos presente o envolvimento conjunto, a referência social (ao usar o mediador como ponto de referência) e a aprendizagem por imitação. Para Vygotsky (2001), aprendemos por imitação ao compartilharmos nossa atenção com os outros, vendo esses “outros” como agentes intencionais e nos enxergando como iguais a eles. Consideramos a existência da cena de atenção conjunta ao levarmos em consideração que os dois interagentes compreendem respectivamente os objetivos interativos um do outro, e estão mutuamente implicados em “o que nós estamos fazendo”.

Por sua vez, a atenção compartilhada tem sido demarcada como uma das condutas infantis que se efetua por um propósito declarativo, que pode ocorrer por meio da oralida-

de, de formas gestuais, do olhar, e tem o intuito de troca de experiências com o outro com referência a objetos ou acontecimentos ocorridos em seu entorno.

Como descreve Tomasello (2003), as crianças passam a se envolver em interações de atenção conjunta quando começam a entender as outras pessoas como agentes intencionais iguais a elas próprias. Agentes intencionais são seres comuns que têm objetivos e que fazem escolhas ativas entre os meios comportamentais disponíveis para atingir aqueles objetivos, o que inclui escolher ativamente no que se vai prestar atenção na busca desses objetivos.

Segundo Tomasello (2003), a compreensão precoce que os bebês têm das outras pessoas “como eu” é de fato o resultado de uma adaptação biológica exclusivamente humana. Essa compreensão é o elemento-chave para a possibilidade de o bebê vir a entender os outros como agentes intencionais. Podemos formular a hipótese de que quando as crianças começam a entender os outros como agentes intencionais e por meio deles aprendem por imitação o uso convencional de artefatos, o mundo dos artefatos culturais fica impregnado de potencialidades intencionais que contemplam suas potencialidades sensório-motoras, ficando muito evidente a forte tendência das crianças de imitar as interações dos adultos com os objetos.

Dessa forma, percebemos a aprendizagem como historicamente construída. Sobre isso, Vygotsky (1998) defende que estudar alguma coisa historicamente significa estudá-la no processo de mudança. Tomasello (2003) compartilha esse pensamento ao afirmar que as representações simbólicas que as crianças aprendem em suas interações sociais com outras pessoas são especiais porque são intersubjetivas, no sentido de que o símbolo é socialmente compartilhado com outras pessoas, perspectivas, pois cada símbolo apreende uma maneira particular de ver algum fenômeno.

Os símbolos linguísticos incorporam uma miríade de maneiras de interpretar intersubjetivamente o mundo em que se acumularam numa cultura ao longo do tempo histórico, e o processo de aquisição do uso convencional desses artefatos simbólicos, e portanto sua internalização transforma fundamentalmente a natureza das representações cognitivas da criança (Tomasello, 2003, p. 133).

A principal função da linguagem é manipular a atenção de outras pessoas, ao aprender a usar os artefatos simbólicos presentes nas construções linguísticas e nos símbolos, a criança conceitua o mundo da mesma maneira que os criadores dos artefatos fizeram.

Os conhecimentos e a destreza que as crianças revelam em domínios específicos dependem quase totalmente do conhecimento acumulado por suas culturas e de sua “transmissão” por meio de símbolos linguísticos e outros, como a escrita e imagens (Tomasello, 2003, p. 231).

Como estamos tratando da comunicação entendida como movimento amplo, que privilegia gestos, expressões, além da fala e da escrita, trazemos como importante colaboração para nossa pesquisa Dondis, que define a linguagem como:

[...] um recurso de comunicação próprio do homem, que evoluiu desde sua forma auditiva, pura e primitiva, até a capacidade de ler e escrever. A mesma evolução deve ocorrer com todas as capacidades humanas envolvidas na pré-visualização, no planejamento, no desenho e na criação de objetos visuais, da simples fabricação de ferramentas e dos ofícios até a criação de símbolos, e, finalmente, à criação de imagens (Dondis, 2008, p. 2).

Dondis entende a comunicação para além da linguagem verbal e prevê que a mesma evolução que ocorre nessa linguagem deve também privilegiar outros tipos de linguagem, como, por exemplo, a linguagem visual, que “constitui um corpo de dados [...] podem ser usados para compor e compreender mensagens em diversos níveis de

utilidade, desde o puramente funcional até os mais elevados domínios da expressão artística” (Dondis, 2008, p. 3). Assim, o autor abre o leque da comunicação inserindo o modo visual como uma linguagem extremamente presente nos dias de hoje.

O referido autor apresenta os três níveis distintos e individuais dos dados visuais:

- Representacional: aquilo que vemos e identificamos com base no meio ambiente e na experiência; a realidade é a experiência visual básica e predominante; é o nível mais eficaz a ser usado na comunicação.
- Abstrato: o processo de abstração diz respeito à redução dos fatores visuais múltiplos aos traços mais essenciais e característicos daquilo que está sendo representado, enfatizando os meios mais diretos, emocionais e mesmo primitivos da criação de mensagens.
- Simbólico: o vasto universo de sistemas de símbolos que o homem criou e ao qual atribui significados, nível que requer uma simplificação radical, ou seja, a redução do detalhe visual a seu mínimo. Para ser eficaz o símbolo não deve apenas ser visto e reconhecido, deve também ser lembrado e reproduzido.

No sentido das considerações feitas por Dondis (2008), Vygotsky (1998, 2001), Tomasello (2003), ao tratar de gestos comunicativos, também alvo de nossa pesquisa, indica que por volta da idade de nove meses as crianças começam a dirigir ativamente a atenção e o comportamento dos adultos para entidades exteriores usando gestos dêiticos como apontar para um objeto ou segurá-lo para mostrar a alguém. Esses comportamentos comunicativos representam a tentativa das crianças de fazer com que os adultos sintonizem sua atenção para alguma entidade exterior. São gestos cla-

ramente triádicos no sentido que indicam para um adulto alguma entidade externa. Esses primeiros gestos dêiticos são imperativos, e, na verdade, tentativas de fazer com que o adulto faça algo em relação a um objeto ou evento, como declarativos, simples tentativas de fazer o adulto prestar atenção a algum objeto ou evento. Os gestos declarativos são de especial importância porque indicam que a criança não quer apenas que algo aconteça, mas realmente deseja compartilhar a atenção com um adulto.

Conforme o autor, o simples fato de apontar um objeto para alguém, com o único intuito de compartilhar a atenção dedicada a ele, é um comportamento comunicativo exclusivamente humano.

Segundo Silva et al. a comunicação não verbal encontra-se presente desde os primórdios da humanidade e contamos com inúmeras

[...] manifestações de comportamento não expressas por palavras, como os gestos, expressões faciais, orientações do corpo, as posturas, a relação de distância entre os indivíduos e, ainda, a organização dos objetos no espaço (Silva et al., 2000, p. 53).

Dessa forma, podemos perceber essas manifestações comunicativas na pintura, na literatura, na escultura e nas formas diárias de expressão humana.

Entendemos, pois, a comunicação em um sentido que ultrapassa o uso da fala, incorporando a escrita, as expressões faciais e corporais, os gestos manuais e o uso da simbologia presente na CA, num movimento de ação compartilhada entre os sujeitos (mediador e mediatizado), para com o objeto ou o signo em questão. Dessa forma, privilegia situações de ensino-aprendizagem que contemplem interação, colaboração, intersubjetividade, desempenho assistido, armando assim um cenário favorável à atividade que possui duas características essenciais: a própria ação cognitiva e motora (a

atividade) e os elementos objetivos, externos e ambientais, buscando alcançar a condição básica para a existência de cenários de atividades efetivos para a adesão dos participantes (Gallimore; Tharp, 1996).

Um dos processos que envolvem cenas de atenção conjunta mais relevantes para o desenvolvimento humano é o denominado por Vygotsky (1998) como mediação.

A mediação é uma ação que se desenvolve entre três elementos no mínimo, sendo dois sujeitos e um objeto, na qual os sujeitos se focam em torno de um determinado objeto ou ação. Wertsch (1988) expõe que, segundo Vygotsky, a mediação é uma característica da condição humana que está intimamente ligada à internalização ou à apropriação das atividades e do comportamento socio-histórico e cultural. Portanto, a mediação dentro de um contexto social inclui a utilização de ferramentas e de signos. A combinação desses instrumentos, chamados de mediadores ou a mediação, possibilita o desenvolvimento dos PPS, que se constituem como relações sociais internalizadas, não como a mera cópia de uma operação externa, mas, sim, como uma transformação genética.

Vygotsky (1998) define dois tipos de instrumentos de mediação: os instrumentos e os signos. A diferença entre eles é que, nos instrumentos, há a ação do homem sobre o objeto exterior. O instrumento é o elemento inserido entre o homem e sua ação, a fim de que possa transformar seu meio, mediado pela comunicação. De outro modo, os signos estão sempre ligados à solução de um problema psicológico, portanto podem ser considerados instrumentos psicológicos interpretáveis, e podem referir-se a elementos ausentes, do espaço e do tempo, como lembrar, relatar, escolher. Assim, os signos são estímulos impregnados de significado que estabelecem as atividades mediadas num contexto histórico-cultural, com interação social por meio da internalização.

O processo de mediação se desenvolve na Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), ao mesmo tempo em que a constitui ou a configura, definida como a distância entre o nível de desenvolvimento real (NDR) do sujeito e do potencial, em que as interações sociais são pontos centrais e a aprendizagem e o desenvolvimento se interrelacionam (Vygotsky, 1998).

Wertsch (1985) considera que quando os interlocutores participam de uma atividade e desenvolve-se um funcionamento psicológico *intrasubjetivo*, compartilham da mesma definição de situação e estão conscientes disso. O autor destaca, ainda, a importância do papel dos *instrumentos de mediação* no desenvolvimento dos próprios níveis de intersubjetividades. Para Baquero (1998, p. 107) a ZDP é um “sistema de interação definido”, no qual existe uma estrutura de atividade conjunta com “participantes que exercem responsabilidades diferenciais em virtude de sua distinta perícia”. O processo de mediação culmina na internalização.

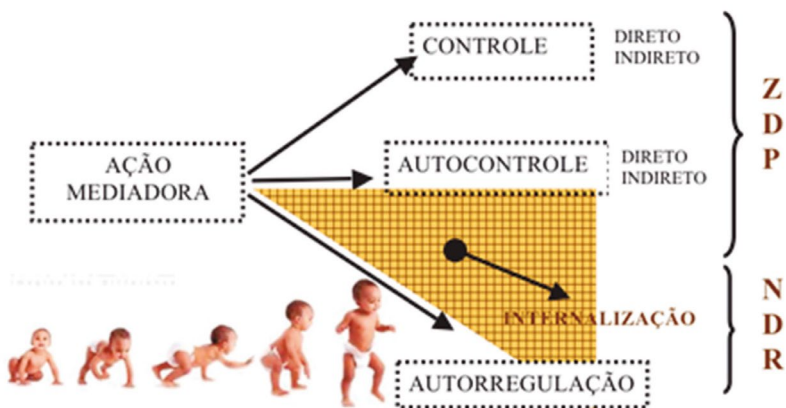
O processo de internalização, segundo Leontiev, é a “reprodução das aptidões e propriedades do indivíduo, das propriedades e aptidões historicamente formuladas pela espécie humana, incluindo a aptidão para compreender e utilizar linguagem” (1978, p. 270). Já para Smolka, a internalização é:

[...] um processo de desenvolvimento e aprendizagem humana como incorporação da cultura, como domínio de modos culturais de agir, de pensar, de se relacionar com outros, consigo mesmo e que aparece como contrário a uma perspectiva naturalista ou inatista (2000, p. 27-28).

Neste trabalho será utilizado o processo de mediação, proposto inicialmente por Diaz et al. (1993) e ampliado por Passerino (2005), que divide o processo em controle, autocontrole e autorregulação, sendo:

- **Controle:** o sujeito mais experiente é responsável pela ação, delimitando o processo inicial de apropriação por meio de um controle direto ou indireto.
 - Controle Direto – é apresentado por meio de ordens (“faz assim”), diretivas (“vamos clicar aqui?”) e perguntas diretivas (“podes clicar aqui?”).
 - Controle Indireto – acontece via perguntas perceptivas (“qual a cor deste lápis?”), perguntas conceituais que requerem representação mental (“qual a diferença entre este objeto e o outro?”), gratificações (“muito bem!”), renúncia direta (“agora faz sozinho”), confirmação passiva (sujeito mais experiente responde às questões dirigidas a ele sobre questionamentos do menos experiente), afastamento físico (sujeito mais experiente, fica distante, observando, só intervém se houver necessidade, quase em processo de autocontrole).
- **Autocontrole:** realização, por parte do sujeito de uma ação esperada, obedecendo a um tutor internalizado. Nela também existem duas dimensões:
 - Controle Direto – imitação direta, modelo, fala dirigida ao sujeito mais experiente.
 - Controle Indireto – produções verbais dirigidas ao próprio sujeito.
- **Autorregulação:** plano de ação concebido pelo sujeito que se converte no seu próprio tutor, transformando o signo de mediação em conceito apropriado e internalizado. É nessa etapa que se pode falar em internalização efetivada, mas esta começa entre ambos os processos, como apresentado na figura a seguir:

Figura 1: Categorias iniciais da Ação mediadora e suas dimensões (categorias)



Fonte: Passerino e Santarosa (2008, p. 434).

A Ação mediadora será um conceito importante neste trabalho, o qual foi construído a partir das pesquisas de Wertsch (1999), que tomou por base os estudos socio-históricos derivados de Vygotsky (1998), especialmente no que se refere à apropriação. A Ação mediadora servirá como unidade de análise no processo de desenvolvimento do sujeito.

Na ação, signos e instrumentos participam em conjunto com os sujeitos em interação. O sujeito se apropria desses signos e os utiliza ativamente, primeiro de forma controlada pelo sujeito mais experiente e, depois, autonomamente ao atingir a autorregulação. Esse processo implica a transformação do signo em um conceito (generalização de significado), o qual é usado para o autocontrole (início do processo de internalização) e, finalmente, o uso do signo internalizado na autorregulação.

Segundo Wertsch (1988), toda Ação mediadora tem essa dimensão individual interna e coletiva exterior. Em tal ação, participam instrumentos e signos, além dos sujeitos em inte-

ração, mas o processo todo possui um viés semiótico. A função da linguagem nesse processo é dupla: como função comunicativa e como reguladora da ação por meio da construção de significado e de sentido nas definições de situação.

Analisando a Ação mediadora do ponto de vista da produção de significado e sentido, nos aproximamos de Bakhtin, dando destaque à palavra como função de signo, sendo essa, segundo Bakhtin (1981), o mais puro e sensível modo de comunicação social. Tal sentido, fundamentalmente determinado pelo contexto, permite tecer diversas significações possíveis que se constituem na interação dos agentes da ação, pois, embora o sentido, segundo Bakhtin, esteja constituído contextualmente, o mesmo somente se efetiva por uma compreensão ativa e complexa dos interagentes.

Resumindo, o papel da linguagem na construção do indivíduo, segundo Vygotsky, está fundamentado na palavra, já que é por meio dela que ocorre a interação social. A linguagem, sendo o meio pelo qual o indivíduo constrói o sentido das coisas, é também o meio pelo qual ele se constrói enquanto sujeito.

Já uma Ação mediadora em Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) será apresentada por Bez (2010) da forma que se apresenta a seguir.

Uma Ação mediada que vise à comunicação e ao letramento de sujeitos com TGD será elaborada com CAA. Esta ação terá a metodologia descrita no início deste capítulo, por meio de estratégias colhidas das análises de dados (entrevistas, *anamnese*, observações, inventários) com recursos das TICs.

Foi levado em conta um processo de interação que permitisse verificar a intencionalidade de comunicação e suas formas de construção e representação.

Por conseguinte, para a observação e a análise da comunicação foram empregados os seguintes parâmetros:

Quanto à *intencionalidade de comunicação*: verificados por meio da intenção da comunicação e expressados pelos sujeitos. Foram elencados os indicadores utilizados por Passerino (2005) e fundamentados em Tomasello (2003) e Bosa (2002) no tocante à percepção de si como agente intencional numa fase diática e numa fase posterior, a percepção triádica do outro como agente intencional.

Segundo Tomasello (2003), um sujeito se torna intencional quando se utiliza de “ferramentas culturais” e por meio dessa compreensão passa a dominar, acima de tudo, a linguagem. Necessitando, para isso, compreender:

- o significado dos objetos;
- a existência de si próprio;
- as outras pessoas;
- faz parte de um meio e ater-se a ele.

Já Bosa (2002) afirma em seus estudos que o desenvolvimento da comunicação intencional acontece quando há a compreensão do outro como agente intencional, ou seja:

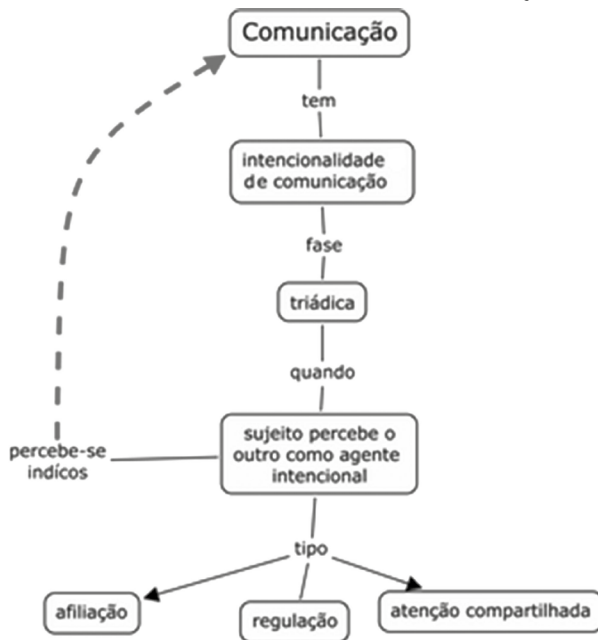
- tem metas e se empenha para atingi-las;
- compreende as ações (solução e compartilha com o meio);
- interessa-se e presta atenção ao seu redor.

A mesma autora descreve que, numa fase seguinte, triádica, o sujeito passa a chamar a atenção dos outros e de si próprio. Essa fase é fundamentada em comportamentos não verbais que expressam seus desejos acerca de si próprio, de objetos e de ações, acompanhados pela manifestação de diversas expressões emocionais. É dividida em três categorias, as quais elencamos a seguir.

- Afiliação: foco de atenção em si próprio com comportamentos não verbais.
- Regulação: pedidos de auxílio para conseguir o que deseja ou para realizar uma atividade.
- Atenção compartilhada: há a troca de experiências entre os sujeitos dos objetos e eventos do seu meio.

As fases triádicas de intencionalidade de comunicação estão sintetizadas na Figura 2.

Figura 2: Fases triádicas da intencionalidade de comunicação



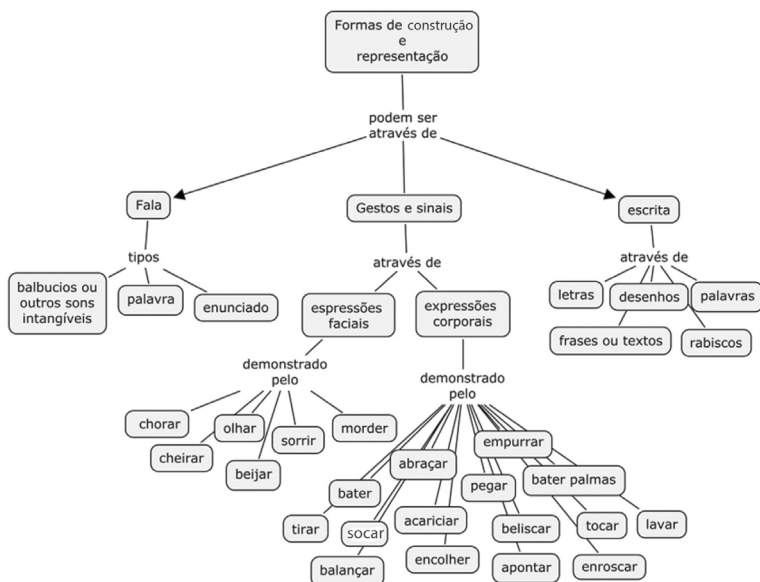
Fonte: Bez (2010, p. 80).

Quanto às *formas de construção e representação*: fala, gestos e sinais e escrita serão detalhadas na análise conforme indícios dos dados coletados.

- Fala: expressão oral que demonstre expressão de significado a uma palavra ou enunciado.
- Gestos e sinais: esses podem ser manifestados nas mais diversas formas de expressões faciais demonstradas no ato de olhar, sorrir, chorar, morder, cheirar, e por expressões corporais demonstradas por abraçar, empurrar, pegar, bater palmas, acariciar, beliscar, bater, tocar.
- Escrita: expressa por meio de desenhos, rabiscos, letras, palavras, frases ou textos.

As formas de construção e representação são sintetizadas na Figura 3, com os dados descritos anteriormente, que, de alguma forma, evidenciaram sinais de comunicação dos sujeitos da pesquisa.

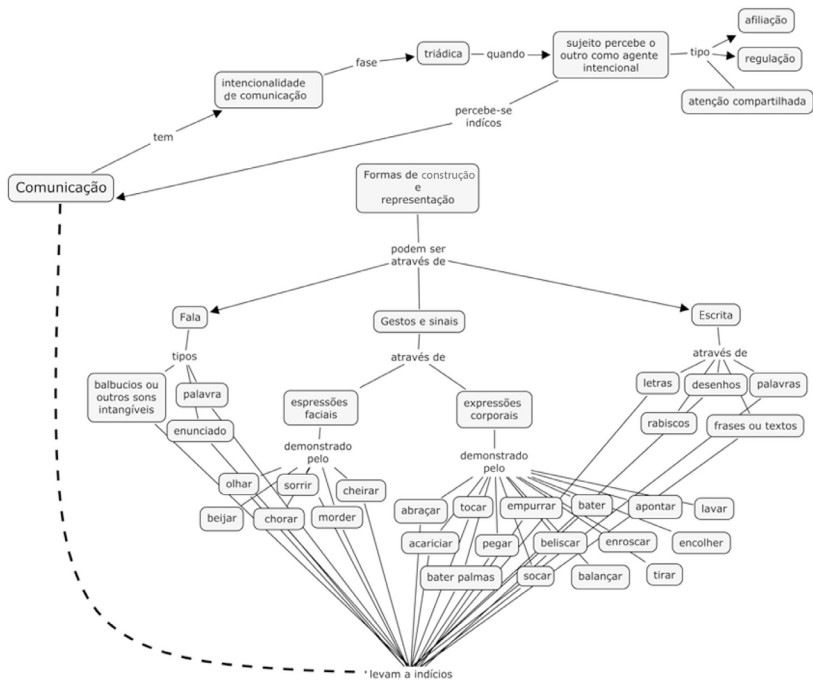
Figura 3: Formas de construção e representação



Fonte: Bez (2010, p. 81).

Concluímos a apresentação das categorias comunicativas analisadas na pesquisa com a sua união demonstrada no mapa conceitual apresentado na Figura 4.

Figura 4: Mapa com itens de análise, indícios de comunicação



Fonte: Bez (2010, p. 82).

Diante do exposto neste capítulo tanto com referência aos estudos teóricos quanto à prática das pesquisadora, na sequência apresenta-se a metodologia das Ações mediadoras propriamente dita.